



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº AVULSO X

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 02 DE DEZEMBRO DE 2003

ANO XXIX

## *Mesa Diretora*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**NATÁLIO STICA**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	Ângelo Vanhoni
<i>Líder da Oposição</i> .....	Durval Amaral
<i>PTB</i> .....	Carlos Simões
<i>PFL</i> .....	Plauto Miró Guimarães
<i>PSDB</i> .....	Ademar Traiano
<i>PMDB</i> .....	Antonio Anibelli
<i>PPB</i> .....	Duílio Genari
<i>PT</i> .....	Luciana Rafagnin
<i>PDT</i> .....	Neivo Beraldin
<i>PSL</i> .....	Luiz Carlos Martins
<i>PL</i> .....	Chico Noroeste
<i>PPS</i> .....	Marcos Isfer
<i>PSB</i> .....	Doutor Luciano

## *Representação Partidária*

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielese - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Milton Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

## Proposta de Emenda Constitucional:

### PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Art. 1º - Acrescenta parágrafo ao artigo 147 da Constituição Estadual, renumerando seu parágrafo único como parágrafo segundo, conforme redação a seguir:

“§ 2º - É vedado ao Estado do Paraná a transferência, a qualquer título, de seu patrimônio constituído por ações que importem em perda do respectivo controle acionário de empresa de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica para empresas controladas por capital privado”.

Sala das Sessões, em 02.12.2003.

(aa) MARCOS ISFER - Presidente da CPI da Copel, RATINHO JÚNIOR - Relator da CPI da Copel, DURVAL AMARAL, FERNANDO RIBAS CARLI, VALDIR ROSSONI, TADEU VENERI, ADEMAR TRAIANO, ALEXANDRE CURI e VANDERLEI IENSEN

#### Apoiamento:

Felipe Lucas, Jocelito Canto, Reni Pereira, Renato Gaúcho, Barbosa Neto, Neivo Beraldin, Doutor Luciano, Waldir Leite, Natálio Stica, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Augustinho Zucchi, Mauro Moraes e Pastor Edson Praczyk.

#### JUSTIFICATIVA:

Atualmente o Governo do Estado do Paraná ainda dispõe de autorização legislativa para efetivar a alienação das ações da Copel segundo a Lei nº 12.355/98, e também em face da ainda vigente rejeição do projeto de iniciativa popular que proibia a venda das ações da Copel.

Muito embora recente decisão do Superior Tribunal de Justiça - STJ, tenha julgado irregular a Sessão de votação do projeto de iniciativa popular que revoga a lei estadual que concedeu autorização para alienação das ações da Copel, a matéria encontra-se *sub judice* em razão da pendência de julgamento do recurso interposto pelo Poder Legislativo. Em razão do exposto e para erradicar quaisquer dúvidas sobre a possibilidade de privatização da Copel, esta CPI concluiu por apresentar nesta Casa, Emenda Constitucional, com o fim de proibir terminante e definitivamente a alienação de ações que importem em perda do controle acionário, por parte do Estado do Paraná, sobre a Copel.

Ou seja, ficará determinado ao Estado do Paraná, obrigatoriamente, a manutenção da propriedade de mais de 50% das ações da Copel, com direito a voto, mantendo-se sua característica de sociedade de economia mista sob o controle do Estado do Paraná.